

# JOVENS DE TERREIROS: CIBERATIVISMO E PROTAGONISMO JUVENIL ENTRE INTEGRANTES DE RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

CANDOMBLÉ YOUTH: YOUTH LEADERSHIP AND CYBERACTIVISM BETWEEN THE MEMBERS OF AFRO-BRAZILIAN RELIGIONS IN SALVADOR AREA



Vol.10 Número 20

jul./dez .2015

p. 611 - 623

Ricardo Oliveira de Freitas<sup>1</sup>

**RESUMO:** O texto analisa os modos e as formas com que jovens integrantes de religiões de matriz africana, aqui tratadas por religiões afro-brasileiras, elaboram iniciativas de cooperação coletiva, através de ações colaborativas, que, organizadas com base na utilização de novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) e no acesso à Internet, criam redes de solidariedade e fortalecimento tanto no mundo *on-line* como no mundo *off-line*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude. Religiões afro-brasileiras. NTIC. Comunicação comunitária. Ciberativismo.

**ABSTRACT:** This article analyzes the ways in which the youth of believers of Afro-Brazilian religions develops collective cooperation initiatives through collaborative actions based on the use of information and communications technology (ICT) and Internet access. It aims to understand how they create online and offline solidarity and empowerment networks.

**KEYWORDS:** Youth. Afro-Brazilian religions. ICT. Popular communication. Cyberactivism

## Introdução

O texto ora apresentado versa sobre as reflexões norteadoras da pesquisa que estamos desenvolvendo junto ao Grupo de Pesquisa em Mídias Alternativas e Midiativismo – GUPEMA, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, que teve início neste ano de 2015, com auxílio em forma de concessão de três bolsas de Iniciação Científica pela FAPESB e pelo CNPq. Por isso, compõe-se tanto de resultados preliminares como de hipóteses e problemas norteadores da pesquisa que está em pleno processo de execução.

O projeto tem como objetivo investigar os modos e

<sup>1</sup> Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus I, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos das Linguagens - PPGE/UNEB e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. ricofrei@gmail.com.

formas com que jovens adeptos das religiões de matriz africana, aqui tratadas por religiões afro-brasileiras, elaboram iniciativas de cooperação coletiva, através de ações colaborativas organizadas com base na utilização de novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) e no acesso às redes sociais, a fim de verificar a importância do acesso às NTIC e à Internet para a reorganização de grupos e comunidades desprestigiadas, seja pelo recorte de raça, gênero, pertencimento religioso, classe ou regionalismo.

Ao reconhecermos que recortes de minoridade (de raça, de classe, de regionalismos, de localismos e, sobretudo, de pertença religiosa) contribuem para o alijamento dessa juventude tanto no mundo *off-line* como entre usuários da Internet, interessa-nos refletir sobre o uso das NTIC pelo grupo e o modo com que tais jovens organizam movimentos afirmativos e de representação política – num primeiro momento, através das redes sociais e, logo depois, através de redes colaborativas, que se concretizam com base em encontros presenciais realizados tanto dentro dos terreiros como fora destes (já que esta é, sobretudo, uma iniciativa que busca atribuir visibilidade a este segmento populacional).

O interesse do projeto reside, pois, nos modos e formas com que jovens integrantes de terreiros elaboram suas práticas culturais, através da organização em redes, tanto virtuais como atuais, tanto *on-line* como *off-line*, criando um tipo de comunicação autóctone, que é sempre inclusiva, popular e comunitária.

Por representações autóctones, consideramos todo o tipo de produção de representações em mídia, que, com a utilização de recursos de comunicação (áudio e vídeo, sobretudo), fazem de jovens moradores de periferias protagonistas e produtores de imagens positivas sobre si.

Com isso, tentamos entender o modo com que jovens moradores de periferias (sub) urbanas constroem uma contrainformação sobre si, em contraponto à incisiva produção da mídia hegemônica que cria representações negativas sobre segmentos populacionais desfavorecidos. Tais representações desprestigiam os segmentos representados, através de clássicos mecanismos, nos quais incluem-se a expressiva construção de clichês e estereótipos que contribuem para a consolidação de representações desqualificadoras, pejorativas, negativas e deturpadas.

Para tanto, consideramos o acesso às NTIC proporcionado pelo aumento de poder aquisitivo entre integrantes de classes populares e pelas expressivas políticas públicas voltadas para a inclusão digital e para democratização de acesso à rede mundial de computadores, a Internet. Entendemos que as políticas públicas inclusivas para acesso à Internet em conjunto com o aumento do poder aquisitivo das classes populares verificado na última década, contribuíram para que expressivo número de jovens, antes invisíveis e invisibilizados, se transformassem em protagonistas juvenis e potenciais consumidores, assumindo, portanto, papel ativo na âmbito da produção nos sistemas de comunicação.

Tal fato destitui a imagem classicamente atribuída a este segmento populacional, calcada na lógica da passividade, numa clara alusão à ideia de massa amorfa, alienada, ideologicamente motivada pelos desejos das empresas de comunicação e seus donos. Transformam-se, pois, de receptores e consumidores passivos em receptores e consumidores ativos.

A visibilidade construída a partir de uma referência original e própria, através dos processos de comunicação popular e comunitária, é um dos principais objetivos dos grupos minoritários que produzem conteúdos midiáticos. A fala não autorizada por diversos mecanismos de controle, impulsiona a geração de conteúdos que retratam seus grupos e suas comunidades, sem deturpação das representações produzidas por intermediários. Esse processo de comunicação gera conhecimentos e imagens pelas e para as próprias comunidades, contribuindo para uma apropriação identitária, incitando reflexões,

contradições, intervenções e negociações entre os próprios envolvidos – agora, produtores consumidores ou “prosumidores”, consumidores que também produzem conteúdos, como pensado primeiramente por Alvin Toffler (1980).

Para que haja protagonismo, no entanto, é necessária a formação de um ambiente propício baseado em ações cidadãs, que estimulem a participação diária e o envolvimento dos jovens com os seus problemas e prioridades, num tipo de construção de cidadania, que reconheça questões do universo no qual estão inseridos estes jovens.

O debate sobre participação religiosa afro-brasileira juvenil com o uso das NTIC é importante, pois contribui para que reconheçamos a importância da comunicação comunitária e popular e sua paradoxal configuração, que cria formas de socialização que se estabelecem no âmbito do público, do mundo *off-line*, na contramão da ideia onipresente de que as novas tecnologias de informação e comunicação contribuem para consolidar a privatização das relações sociais contemporâneas ao serem acessíveis em âmbito privado – o que contribuiria para o estabelecimento de práticas individualistas entre gerações de jovens na contemporaneidade.

Serve, ainda, para que reflitamos sobre o papel da comunicação popular e comunitária como recurso para preservação e fomentação do panorama cultural de grupos e comunidades destituídas de poder, privilégio e prestígio, caracterizando-se não somente como importante recurso para registro e preservação da memória tradicional, como também, possibilitando acesso a novas tecnologias, a novas formas de produção cultural, inaugurando novos modos de organização social. Tal fato contribui para a divulgação de novos modos de comportamento presentes na realidade de grupos (ou em qualquer prática cotidiana sob a égide da globalização), não se restringindo, apenas, à preservação de traços tradicionais isolados, mas de traços tradicionais articulados com formas, modos e estilo-de-vida propostos pela modernidade, a partir do lugar em que a comunicação popular funciona como prática social contemporânea.

Também permite analisar o importante papel dos mecanismos que cooperam para o apaziguamento de ações excludentes, redução da desigualdade social e fomento da inclusão social, visando elevar os índices de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento humano junto a populações destituídas de reconhecimento, fomentando a participação inclusiva e cidadã (inserção junto à esfera pública política e à esfera de visibilidade pública) através de recursos de mídia. Tais mecanismos permitem, ainda, a participação de grupos e comunidades minoritárias para a elaboração de uma contrainformação que reelabora o que é produzido sobre si.

Por isso, a importância do debate habita no fortalecimento baseado em políticas públicas positivas de grupos e comunidades aliadas de projetos inclusivos, assim como no reconhecimento de que tal tipo de organização em rede (sobretudo, virtual) transforma o candorável tradicional, alicerçada pela tradição oral, em religião hipertextual e, por isso, moderna.

### **A comunicação inclusiva**

A crença no fato de que as novas tecnologias de informação e comunicação transformam continuamente a vida contemporânea é um tema exaustivamente debatido pelos mais diversos autores. Ao reconhecerem o encurtamento do mundo, em termos das dinâmicas espaciais e temporais, tais autores entendem que as NTIC proporcionaram mudanças profundas nos modos de nos relacionarmos e de interagirmos, contribuindo, sobretudo, para a emergência de grupos e comunidades aliadas de projetos que proporcionam visibilidade e, por extensão, representatividade a segmentos populacionais específicos.

Tal fato está estritamente relacionado à ideia de que criamos um mundo dividido em duas esferas. Uma composta por grupos e comunidades positivamente representados nas e pelas produções em mídia. Tais grupos estariam mais próximos do acesso ao poder, privilégio e prestígio e, por extensão, deteriam os modos de produção, tendo maiores possibilidades de consumo. Na outra esfera, radicalmente oposta, estariam os grupos e comunidades juridicamente vulneráveis e ideologicamente minoritários e, por isso, desfavorecidos, desprestigiados e invisibilizados, através de incisivos projetos excludentes de representatividade (ou visibilidade) em mídia.

Com isso, assumimos a lógica que interpreta o mundo contemporâneo como configurado e estruturado na e pela mídia.

A recorrente busca por expressões que deem conta dessa realidade, apresentada por Antônio Rubim (2000), que cunha o conceito de “Idade Mídia”, é boa ilustração: “Era da Informação” ou “Sociedade Rede” (CASTELLS, 1992), “Sociedade da Informação” (LYON, 1988; KUMAR, 1997), “Sociedade Conquistada pela Comunicação” (MIÈGE, 1989), “Aldeia Global” (MCLUHAN, 1974), “Sociedade Informática” (SCHAFF, 1991), “Sociedade da Comunicação” ou “Sociedade dos Mass Media” (VATTIMO, 1991), “Sociedade da Informação ou da Comunicação” (SOARES, 1996), “Planetas Mídias” (MORAES, 1998) e “Capitalismo de Informação” (JAMESON, 1991).

É como se tivéssemos criado um mundo em que a participação na vida pública estaria radicalmente restrita à participação na mídia, à aparição em produtos de mídia. Desse modo, entendemos que o fato de ser bem ou mal representado, positiva ou negativamente retratado, pelas produções midiáticas seria o determinante para “ser, estar ou não ser e não estar no mundo” contemporâneo.

O tema da mídia como constituição da esfera pública, da esfera pública política e da esfera de visibilidade pública encontra eco nas formulações teóricas elaboradas por Hannah Arendt. Para Arendt (2008), a esfera pública é o lugar da relação do entendimento entre diferenças, do acordo, das ações mútuas, do exercício da coletividade plena. Nesse sentido, a interpretação do termo coincide com aquela outra da comunicação como ação comum, comunhão, que se realiza, minimamente, entre dois (ou mais) sujeitos – o que nos remete à lógica do fenômeno da vida na coletividade.

A autora afirma que a esfera pública é o lugar do aparecimento, da visibilidade, do “mundo comum”, que permite a concretização do convívio em grupo. Esse lugar exige o estabelecimento e cumprimento de normas e regras de comportamento para a boa atuação da unidade comum, comunidade. É lugar da ação. Por isso mesmo, a esfera pública é o lugar da política – não somente da política de Estado, mas da vida comunitária, das formas e modos de sociabilidade, das regras e critérios que se tornam inteligíveis para os participantes da vida social em torno da harmonia das opiniões. É no espaço da ação e da comunicação coletivas, no espaço onde os homens se encontram e interagem, que a esfera pública se constitui. “Para percebermos o público é importante colocarmos que a esfera pública, enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo evita que colidamos uns com os outros”. (ARENDDT, 2000, p. 62).

A clássica lógica atribuída à comunicação e seus meios como dividida antagonicamente entre meios de comunicação dominantes, com seus produtores e emissores opressores, contra receptores passivos condiz com a recorrente discussão acerca da atomização do sujeito promovida pela sociedade de massa, retirando do sujeito comum (personagem central da vida comunitária) o atributo da liberdade, da autonomia e, sobretudo, da criatividade e atribuindo-lhe a condição de amorfo frente às mensagens veiculadas pela mídia e por seus produtores opressores.

Tal ideia retira do espaço público a dimensão política, já que subtrai o compartilhamento das ações, destitui a autoridade do sujeito comum e lhes torna

vulneráveis às condições impostas por regimes autoritários, totalitários e, por isso, opressores, como as forças manipuladoras e persuasivas da mídia.

A ideia de democracia participativa e a crença na diversidade e no convívio com as diferenças é, pois, colocada em xeque, no momento em que creditamos à política de Estado burocratizada e às produções em mídia a competência pelo ordenamento da vida moderna.

Mudanças nas práticas e vivências contemporâneas têm sido verificadas, sobretudo, a partir de ações que têm os jovens, a juventude, como protagonistas. O protagonismo juvenil se não foi o único responsável pelas mudanças na campo das interações socioculturais tem sido, sem dúvida, seu principal motivador. Sobretudo, com o surgimento da interatividade e das relações de interatividade mediadas por computador, da comunicação compartilhada, da cultura da convergência.

Os novos modos de comunicação foram importantes, sobretudo, pelo fato de deslocarem o eixo da produção da mensagem, além de proporcionarem ao usuário a chance de procurar, através de eficazes mecanismos de busca, o conteúdo desejado.

Com isso, a imposição sobre uma pretensa divulgação e transmissão de mensagem regida pela parcialidade foi derrubada no momento em que o receptor assume decisões sobre o que será, quando será e como será veiculado.

É dessa experiência emancipadora no âmbito da comunicação que a ideia de uma comunicação autóctone surge. Diz respeito à comunicação feita por grupos e comunidades subalternizados, que, ao apropriarem-se de recursos de mídia, criam as suas próprias mensagens e produtos, elaborando uma comunicação feita de dentro, sobre dentro, para dentro e para fora – e não mais uma comunicação feita de fora sobre dentro para fora. É uma comunicação alternativa à comunicação feita pelas grandes empresas, por isso, é sempre contra hegemônica. São tanto consumidores como produtores das suas próprias mensagens. Ocupam a cena, ou melhor, a esfera de visibilidade pública e, por extensão, a esfera pública política, transformando os muitos anos de velados projetos de apagamento que, mesmo quando promoviam a participação de alguns segmentos populacionais, o faziam através de representações clichêizadas, estereotipadas, negativas.

É evidente que essas tecnologias têm possibilitado um uso contra-hegemônico. Meu trabalho teórico é, sempre, mostrar que os instrumentos hegemônicos podem ter um uso contra-hegemônico. Nós não estamos em um mundo onde haja instrumentos hegemônicos, de um lado, e, do outro lado, instrumentos contra-hegemônicos puros. Temos que usar contra-hegemonicamente instrumentos hegemônicos – entre eles, obviamente, os meios de comunicação e a revolução da informação. (SANTOS, 2009).

Todos esses aspectos refutam a perspectiva comunicacional unilateral, presente no estudo das teorias clássicas da comunicação, que indicam um esquema de “emissores dominantes versus espectadores passivos” (MARTÍN-BARBERO, 2004), uma vez que a comunicação, principalmente com toda a complexidade da realidade social contemporânea, envolve sujeitos sociais que se relacionam com a linguagem e com o simbólico, e assim, se relacionam com o outro:

É mais que a ação de produzir/receber discursos [...] É a ação de afetar e ser afetado pelo outro através de materiais significantes. É produzir/consumir discursos, representações, sentidos para e em decorrência do outro – e sofrer, junto com ele, as consequências. (FRANÇA, 2006)

Entretanto, é necessário atentar para os interesses (empresariais, políticos, individuais) que cercam as iniciativas culturais locais e transformam o subalterno e a periferia em “moda cultural rentável” (PRYSTHON, 2005, p.444). Os articuladores de iniciativas em

comunicação comunitária devem ter uma visão crítica quanto a esse aspecto, que constitui mais um desafio na conquista por visibilidade e reconhecimento das causas periféricas.

Analizamos iniciativas de comunicação popular e comunitária que refletem a constituição e concretização de grupos religiosos de militância juvenil, integrantes de terreiros de candomblé, situados na cidade de Salvador e entorno (Região Metropolitana), autônomos ou que têm apoio de agências internacionais e parcerias com entidades governamentais e não governamentais (ONGs), caracterizando-se como iniciativas de fomento em projetos de e para inclusão social e fortalecimento identitário. Como tomamos como referencial ações localizadas em periferias da Região Metropolitana de Salvador, levamos em consideração o distanciamento representacional-simbólico de tal região frente às esferas de poder, privilégio e prestígio.

O recorte sobre os grupos de jovens e sobre os terreiros a serem investigados detém-se sobre as instituições promotoras e seu comprometimento com a fomentação da constituição de grupos. Também levamos em consideração a assiduidade e a frequência de acesso à rede mundial de computadores (Internet) e a sua utilização como instrumento para o fomento da constituição de grupos on-line e off-line. Interessa-nos, pois, analisar grupos que se organizam tanto através das redes sociais como fora do mundo virtual, no mundo *off-line*.

A escolha dos terreiros, das organizações da sociedade civil ou organizações não-governamentais (ONGs) considera o respaldo e reconhecimento de tais instituições junto às comunidades de origem e a preocupação com a utilização de recursos de mídia como instrumentos para a elaboração de ações inclusivas. Consideramos, ainda, o fato de serem organizações que apoiam a inclusão de jovens no debate sobre a criação de políticas públicas, de ações que promovam a cidadania e a inclusão social.

O universo da pesquisa ora apresentada divide-se em duas esferas. Uma primeira, diz respeito à pesquisa do produto digital (perfis e comunidades virtuais). Outra à pesquisa de campo (integrantes de grupos, movimentos sociais e terreiros). Ambas, tentam dar conta do interesse central do projeto, que é: avaliar a importância da utilização de recursos de mídia por jovens integrantes de terreiros para a elaboração de modelos identificatórios entre grupos minoritários no Brasil.

A especificação das diversas representações (pejorativas ou favoráveis) de grupos minoritários na produção midiática nacional (grande mídia) em comparação à representação de tais grupos na produção das mídias alternativas contribui, assim, para o debate sobre cidadania, que extrapola, pois, a esfera da teoria da comunicação e engrossa os estudos sobre sociedade e cultura.

## **Jovens de terreiros**

Muitas têm sido as contribuições que o debate em torno das práticas e iniciativas de comunicação popular e comunitária tem suscitado para a organização e fortalecimento dos movimentos sociais e para a redução da desigualdade social e econômica, sobretudo. Aspectos relacionados às ações colaborativas, compartilhadas e coletivas têm sido corriqueiramente associados à dimensão inclusiva de tal tipo de comunicação, que, não por acaso, reelabora uma contrainformação sobre grupos e comunidades históricas e negativamente representados pela mídia hegemônica. No que é produzida pelos próprios sujeitos preteridos das representações positivas construídas pela grande mídia, tal tipo de comunicação tem sido vista como uma comunicação contra-hegemônica.

No caso do grupo investigado, jovens integrantes de terreiros, as representações negativas recaem sobre as suas condições de raça, de gênero e sexualidade, de classe e, sobretudo, de pertença religiosa.

O fato de se identificarem com religiões que praticam rituais de sacrifício, possessão e magia, estritamente relacionadas aos traços de africanismos (e, por extensão, à barbárie e selvageria) e radicalmente distanciadas de traços de europeísmos (que legitimam ideários de uma dita civilidade), faz do grupo investigado um grupo duplamente alijado do processo de produção de representações que positivam e dignificam determinados grupos, comunidades e segmentos populacionais.

A importância do debate reside, sobretudo, nos aspectos da organização do coletivo e no fortalecimento das estratégias de promoção de práticas inclusivas.

As produções realizadas pela juventude integrante de terreiros têm caráter autóctone (de dentro do terreiro, da periferia, sobre ela, para dentro e fora), através de ações estruturadas e intencionais. Deve-se destacar, sobretudo, as temáticas de Direitos Humanos da Infância e Juventude, Comunicação e Cidadania. Além disso, abrem espaço para o debate sobre o minoritário e periférico como tema central, constituindo o campo das mídias radicais alternativas como proposto por John Downing (2010), ao considerar que as mídias radicais alternativas seriam mídias combativas, mídias que servem à uma proposta de transformação ou resistência, de combate aos modos e formas de comunicação hegemônica. Nesse conjunto, incluem-se os mais diversos tipos de mídia, tais como a mídia tática, a mídia participativa, a mídia convergente, a mídia compartilhada e, ainda de acordo com o proposto por Downing, os mais diversos tipos de manifestações de resistência, para além das mídias tradicionais (como o rádio, a TV, o impresso), tais como o grafismo, o *hip-hop*, o *vestuário*, as redes colaborativas etc.

Entender o modo como tal tipo de comunicação (re) organiza o espaço público e promove a construção de movimentos associativos de pertença identitária, contribui, sobremaneira, para o reconhecimento do importante papel da comunicação e dos seus meios.

Por isso, pensar comunicação comunitária é pensar sobre formas de fortalecimento da democracia. Também por isso, entendemos que a ideia de comunicação comunitária está estritamente relacionada à projeção e visibilidade em meios de comunicação, que, nesse sentido, chegam mesmo a traduzir a ideia de esfera pública constituída.

É como se reconhecêssemos um mundo regido pela comunicação e seus meios que tem nos veículos mecânicos e tecnológicos de comunicação e informação a representação maior da ideia de esfera pública, que, nesse momento, passa a dizer respeito não apenas aos espaços físicos, concretos e objetivos, de exercício das ações de coletividade, mas, também, aos espaços virtuais, nem por isso menos públicos.

Aspectos relacionados à cultura da paz, à intolerância religiosa, à justiça ambiental e à positivação da diversidade também merecem destaque. O texto disposto no site da ONG Kanonia à época da realização do Seminário de Juventude de Terreiro permite ao leitor ter um panorama do significado e importância das ações em rede (nesse caso, no Estado da Bahia) e dos desafios para a criação de projetos que valorizem o protagonismo cidadão entre jovens de terreiros.

Em Salvador não havia uma tradição dos terreiros de articulação das juventudes. Processos formativos que visem fortalecer o protagonismo cidadão das juventudes de terreiro têm esse desafio. A articulação de juventudes do Abassá de Ogum, Casa Branca, Manso Dandalunga, São Roque, Viva Deus Bisneto e outras casas, todas com jovens da periferia, aceitaram esse desafio. No ano de 2011, apesar de muitas dificuldades, houve várias ações, dentre as quais um torneio de futebol pelos direitos dos jovens, promovido pelos jovens dos terreiros Abassá de Ogum e Manso Danda Lunga, na Estrada Velha do Aeroporto. Neste ano de 2012, primeiro reunindo jovens na Casa Branca e no São Roque, houve uma pequena ação na feira de Saúde, na Casa Branca, em setembro. Numa nova modalidade, foram reunidos jovens do São Roque,

Casa Branca, Sossego, e esses jovens foram ainda mais ousados, e promoveram uma campanha: Agô, jovens de terreiro contra a intolerância religiosa. Esta campanha será lançada dia 24 de novembro, durante o Seminário de Direitos de Juventude de Candomblé. Há também duas iniciativas em curso, visando a afirmação dos direitos socioambientais das juventudes. No Viva Deus Bisneto, a formação de jovens capoeiristas, também capazes de fabricar berimbau – uma arte política, e de responsabilidade socioambiental. A outra, em fase de organização, é a preparação de jovens percussionistas, que além de aprender os toques sagrados, poderão produzir um afoxé, a partir do Abassá de Ogum. Em Salvador, a jovem Naiara Soares, facilitadora jovem, e Maria da Conceição Freitas, assistente de Koinonia em Salvador, têm acompanhado essas atividades. Na cidade de Paulo Afonso, a Repensar tem sido a parceira de Koinonia. Neste ano, a jovem Raíra se destacou como animadora/facilitadora do curso de agentes culturais. Várias ações que a Repensar realizou em Paulo Afonso são fruto desse curso. Neste ano, uma das atividades foi uma campanha de arrecadação de alimentos, realizada em maio, que coletou mais que uma tonelada de alimentos. Esses alimentos foram distribuídos na periferia da cidade de Paulo Afonso, entre as populações mais vulnerabilizadas socioambientalmente. Na cidade de Delmiro Gouveia, há jovens das periferias rururbanas e urbanas. Participam da articulação de jovens o MAC, a Garagem Hip Rock, a Pastoral de Juventude no Meio Popular, dentre outros grupos, têm participado das atividades de formação e das atividades produtivas desenvolvidas por meio dessa campanha. No ano de 2012, foi iniciada a atividade produtiva com os jovens do MAC. Essa atividade tem um aspecto lúdico-produtivo, de educação ambiental, que inclui o fabrico, treino e uso de pernas de pau. Eles também estão produzindo camisetas *off-set*, com preocupação ambiental nesta produção. São jovens de 15-29 anos, que se articulam ao redor de sonhos, esperanças e práticas sociais transformadoras. Eles identificam que a realidade social das juventudes das periferias urbanas inclui a violência letal, os efeitos perversos das políticas de drogas, a inadequação de um sistema educacional classista e repressor, a crise socioambiental que deixa as periferias reféns de desastres ambientais, falta de saneamento, poluição sonora, do ar e do solo. Efetivamente, essas juventudes sabem da necessidade de produzir formas de convivência que permitam bela vivência da sexualidade com promoção da prevenção das DST/AIDS, sem prejuízo dos direitos de gênero e direitos sexuais. Finalmente, essas juventudes se colocam o desafio de pensar a inclusão social, para um mundo no qual caibam todas e todos. Um mundo no qual todas as intolerâncias sejam superadas, também seja superada a intolerância religiosa, porque os jovens também estão convencidos que não haverá paz no mundo, sem paz entre as religiões. (ATÍLIO, 2012).

Portanto, pensar a participação de jovens de terreiros nas redes, tanto virtuais como *off-line*, permite-nos refletir sobre o conceito de comunicação autóctone, contribuindo, assim, para o debate sobre cidadanização, que extrapola, pois, a esfera da teoria da comunicação e engrossa os estudos sobre sociedade e cultura.

### Juventude e religiosidade

É recente a aparição de iniciativas que têm refletido sobre questões pertinentes ao campo da juventude e da pertença religiosa em sua especificidade (neste caso, da pertença às religiões de matriz africana ou às religiões afro-brasileiras, como preferimos).

A necessidade de segmentação do debate foi alavancada no momento em que se percebeu que as aflições, demandas e prioridades dos jovens integrantes de terreiros eram distintas do jovem religioso, de modo mais geral. Tal distinção residia, sobretudo, no fato de se reconhecer que os jovens de terreiros são afrodescendentes, na sua maioria, e que, por isso, como mostram os indicadores sociais, são vítimas de racismo, estando mais vulneráveis às limitações de oportunidades promovidas pela sociedade brasileira.

Entendeu-se, também, que o mesmo preconceito e racismo atribuídos tanto à religião como ao seu adepto adulto eram destinados aos jovens, sobretudo no ambiente escolar, alicerçado por currículos que não parcamente promovem o debate sobre a herança africana e teimam em pensar a religião através do prisma judaico-cristão. Os casos de

bullying e intolerância às religiões de matriz africana no ambiente escolar ainda são recorrentes, mesmo após o estabelecimento da obrigatoriedade da adoção do ensino da história e cultura africanas no ensino fundamental e médio. Por isso, a participação juvenil no universo religioso afro-brasileira passa a merecer especial atenção. Afinal, esta não é apenas um problema de ordem religiosa, mas, também, um problema de evasão escolar, de dificuldades para inserção em mercado de trabalho, de promoção e garantia à saúde etc.

No primeiro Plano Nacional de Juventude, o trecho que faz menção às religiões afro-brasileiras e à participação de jovens, diz:

Nesse quadro, deve ser destacada a situação dos afrodescendentes na sociedade brasileira: os negros e pardos representam quase 45% da população brasileira. Seus indicadores sociais são testemunho do racismo. Um negro de vinte e cinco anos tem, em média, seis anos de escolaridade e um branco, da mesma idade, oito. Os negros do Brasil constituem 63,5% dos pobres e 68,6% dos indigentes; setenta dos 10% mais pobres e só quinze dos 10% mais ricos; e 51,1% dos analfabetos com mais de vinte e cinco anos. 8 Esses dados são um claro sinal de que as políticas públicas, supostamente universais, não têm conseguido atingir seus objetivos. Objetivos e metas: 9. Estabelecer sistemas de acesso aos índios e afrodescendentes à universidade e ao serviço público; 10. Resgatar, valorizar e reconhecer a religião afro-brasileira; 11. Incentivar eventos musicais que resgatem a cultura de resistência afrodescendente; 12. Estimular as empresas públicas e privadas para que adotem medidas de promoção da igualdade racial, observando o critério da diversidade racial e cultural..

A participação da juventude integrante de terreiros será ainda mais expressiva no Plano Juventude Viva, criado em 2014.

Faz parte da perspectiva de continuidade do Juventude Viva seguir investindo na sistematização de conhecimentos e metodologias de trabalho agregados ao longo do primeiro ciclo de gestão. Nesse sentido será importante dar prosseguimento ao registro dos saberes desenvolvidos no trabalho da Articulação Nacional do Plano Juventude Viva nesta primeira etapa do Plano. Também caberá avançar na produção de conhecimentos aplicáveis a partir das informações, demandas e estratégias acessadas a respeito das especificidades da juventude de terreiro, de jovens negros/as LGBTQs, das mulheres negras jovens, da juventude quilombola, dentre outras questões que se destacaram no curso do desenvolvimento do Juventude Viva. [...]O Plano defende o enfrentamento à intolerância religiosa, por entendê-la como uma forte violação aos direitos humanos e à liberdade de crença e expressão no Estado democrático de direito”.

A importância da especificidade do debate reside no fato de reconhecermos que, além da experiência de ser jovem, o jovem de terreiro lida com questões que são estritamente específicas à realidade da juventude negra brasileira (e da diáspora) relacionadas ao desemprego, à vulnerabilidade em situações de violência e criminalidade e, por extensão, ao chamado “genocídio” da juventude negra, confirmado pelas chocantes estatísticas que revelam o trágico número de jovens negros assassinados.

Além disso, como integrantes das comunidades tradicionais, devem conviver e conciliar o conhecimento tradicional, da cultura de herança africana, com a experiência contemporânea, encontrada no bairro, na escola, no local de trabalho, i.e., além do espaço físico dos terreiros. Como lembra uma êbomi, a juventude de terreiro deve trocar a rebeldia pela responsabilidade, já que esta é uma religião baseada na tradição oral e que tem no conhecimento transmitido e na experiência adquirida no fazer cotidiano sua estrutura central. Ainda segundo ela, os jovens de terreiro devem unir a sabedoria dos mais velhos como o “querer” dos mais jovens. Por isso, o comprometimento dos jovens deve ser tão consequente como o dos adultos.

Por ser uma religião que pratica a hierarquia, com base na experiência do tempo de

pertencimento do fiel dentro de uma comunidade e de um complexo sistema ritual de iniciação, o candomblé é, naturalmente, uma religião de adultos. Entretanto, a cada dia, a importância da participação juvenil tem sido mais e mais remarcada – momento em que o reconhecimento da importância da preservação da sua história, da continuidade, se revela.

O termo “tempo é posto” é corriqueiro na religião. Faz clara alusão à importância da experimentação e da aquisição e acúmulo de conhecimento pelo fiel. Por isso, as agbás devem ser respeitadas e veneradas quase como divindades.

A participação na vida religiosa também é importante pelo fato de conferir a essa juventude pertença familiar, linhagem ancestral e, sobretudo, papéis de responsabilidade dentro do quadro institucional familiar religioso, da família de santo.

Uma jovem ekédi, em vídeo documentário realizado sobre participação juvenil em terreiros de candomblé, fala da importância de ser mãe, mesmo sem ter filhos biológicos. Além disso, compreende que parte dessa importância reside no fato de ter que cuidar dos “filhos dos outros”. Tal fato confere à participação juvenil em terreiros, atitude, compromisso e responsabilidade.

Questões relativas à intolerância religiosa também são importantes motivadoras para uma participação mais incisiva no protagonismo da juventude de terreiros em torno das redes e dos coletivos para a criação de estratégias de políticas públicas. Protagonismo que não se restringe aos espaços de discussão acerca das demandas juvenis, mas, também, às discussões dos Povos de Terreiro, de modo mais amplo.

Por fim, é importante ressaltar que o uso das NTIC com acesso à Internet por este grupo de jovens contribui para reformular o panorama do universo religioso afro-brasileiro, no que passa a integrar a rede mundial de computadores, a Internet, e vai sendo reescrito, agora, não mais com base na oralidade, mas através do hipertexto.

Tal uso também muito contribui para engrossar as estatísticas que promovem a participação juvenil negra e periférica, ao refletirmos sobre o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) por jovens moradores de periferias da cidade de Salvador e Região Metropolitana para a construção de representações autóctones e, por extensão, para a formulação de iniciativas inclusivas e positivas em benefício das suas comunidades.

A juventude de terreiro, na sua quase totalidade, periférica, negra e pobre, ao reivindicar um espaço de fala, cria demandas de implantação e assistência de políticas públicas.

Por isso, importante tem sido a criação de iniciativas de visibilidade junto à esfera pública política pelo fato de que, ao criarem espaços de fala e representação autóctone, combatem um tipo de violência, que diz respeito não apenas às agressões físicas, que culminam no extermínio da juventude negra e pobre, mas também, num tipo de violência diretamente atrelada às desigualdades sociais e às condições de vulnerabilidade. Tal criação contribui, ainda, para contestar as representações construídas pela mídia hegemônica acerca da juventude negra e empobrecida como responsável pelo estado de violência em que vivem as metrópoles e periferias brasileiras, sem reconhecer que esta é, na verdade, a sua principal vítima.

Com a colaboração do aparato das tecnologias digitais, a juventude de terreiros conquista importante espaço de fala, de participação política e social, por meio de articulações organizadas por grupos e coletivos, a exemplo das Redes de Juventude de Terreiros e, por extensão, dos Encontros Nacionais e Regionais de Juventude de Terreiros – alternativas que encontram para compartilhar suas ideias, disseminando seus discursos, senso crítico, problemas e prioridades, tornando-se, assim, produtores e multiplicadores de conteúdos nos espaços ocupados; sejam estes virtuais ou atuais.

Tal tipo de militância e de mobilização social condiz tanto com os espaços *on-line* como *off-line*. Bernardo Toro (1996) entende mobilização como o ato de convocar vontades

para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado. Um mesmo discurso político e um mesmo desejo de obtenção das mudanças sociais marcam os diálogos travados nos espaços virtuais a fim de conclamar jovens fieis para os encontros e reuniões. Na Internet, principalmente no Facebook, fica muito claro esse protagonismo, na medida em que mesmo nos seus perfis pessoais, os jovens de terreiros mantêm a identidade de articuladores e mobilizadores das redes de juventude de terreiros. Com isso, ampliam o alcance dos seus discursos, por meio de ações de caráter informativo e educativo, multiplicando e estimulando outros jovens a se engajarem na luta pelos direitos humanos, pelos direitos de ser jovem de terreiro.

## **Conclusão**

O texto aqui apresentado produziu reflexões preliminares acerca dos modos e das formas com que jovens integrantes de terreiros, jovens adeptos das religiões de matriz africana, aqui tratadas por religiões afro-brasileiras, elaboram iniciativas de cooperação coletiva, através de ações colaborativas, que, organizadas com base na utilização de novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC), criam redes de solidariedade e fortalecimento no mundo *off-line*.

Interessa-nos pensar sobre os modos com que tal grupo elabora formas de representação autóctone, de representação positiva, que se contrapõem às clássicas representações negativadas produzidas pela grande mídia acerca de tal população, considerando que, além de negros, pobres e moradores em periferias, estes jovens são integrantes de religiões negativamente representadas por conta de seus rituais de sacrifício, possessão e magia – o que promove a ideia de uma dupla estereotipia ou uma meta clichê que contribui, eficazmente, para o alijamento das representações positivas, assim como legitima a constituição de ações excludentes e discriminatórias contra esta expressiva parcela da população.

A discussão pretende contribuir para a criação de políticas e de mecanismos de apaziguamento de ações de invisibilidade, que destituem este segmento populacional da proximidade com as esferas de poder, privilégio e prestígio.

Serve, ainda, como instrumento para que reconheçamos a importância da comunicação popular, comunitária, compartilhada e colaborativa e suas contribuições para a consolidação de um [novo] panorama midiático, que, a partir de uma tendência mundial, tenta referenciar identidades pessoais, locais, regionais e étnicas em oposição à premissa da singularização unificada e ímpar trazida no bojo do debate sobre globalização.

Pensar o modo com que o tradicional candomblé se moderniza, através da ativa participação de seus jovens junto à formulação de políticas públicas e da sua transformação em religião hipertextual, faz com que o presente texto se encaixe no rol da produção preocupada com o paradoxo entre o global e o local, tradição e modernidade, que tem constituído, nos últimos tempos, as discussões nas ciências sociais e em estudos de cultura e mídia.

## **Notas**

<sup>2</sup>Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus I, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos das Linguagens - PPGEL/UNEB e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras, Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. ricofrei@gmail.com.

<sup>3</sup>Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, respectivamente.

<sup>4</sup> Tomo como referência o proposto por Lévy (1996), ao reconhecer que o virtual não deve ser entendido como ausência da realidade, da existência. Para o autor, o virtual não é o não-real. Ao passo que o virtual tende a se atualizar, ele comprova a não concretização efetiva ou formal de um fato, de uma realidade. Por isso, em oposição à realidade virtual, opto por utilizar o termo “atual” em clara referência à ideia de realidade concreta ou objetiva, como proposta por Peter Berger e Thomas Luckmann (1994), ao reconhecer a existência de um mundo e uma realidade já definidos e de um outro mundo e uma realidade que se encontram potencialmente em devir.

<sup>5</sup> Por hegemonia, entendemos o proposto por Gramsci (2004) ao referir-se a um conjunto de práticas que constituem-se como um tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra – mais especificamente, da burguesia sobre o proletariado. Sobre hegemonia, ver Freitas (2008).

<sup>6</sup> Para a definição de juventude, utilizamos o proposto pela lei 11.129 de 30/06/2005, que cria a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional de Juventude e o Projovem, e que estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos como compreensiva do ideal de juventude.

<sup>7</sup> Plano Nacional de Juventude. PNJ. Secretaria Nacional de Juventude. 2004.

<sup>8</sup> O Plano Juventude Viva trata das ações de prevenção para redução de vulnerabilidade entre jovens negros a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para jovens entre 15 e 29 anos. Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)/ Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). 2014.

<sup>9</sup> Fiel iniciada há mais de sete anos, ocupante do último degrau na hierarquia do culto (sênior).

<sup>10</sup> Anciã detentora de sabedoria promovida pela experiência, pela longevidade do tempo de iniciação, sênior.

<sup>11</sup> Cargo destinado às mulheres que jamais incorporam. São encarregadas de manter o bem-estar dos possuídos pelas divindades (orixás). Também cuidar dos orixás, auxiliando no cuidado com as vestimentas, na dança, na condução pela comunidade etc. São sempre chamadas de “mãe”.

<sup>12</sup> Juventude e Candomblé: Tradição e Renovação no Axé. Direção: Jamile Menezes, Aline do Rosário e Erika Figueiredo. 12:30'. 2012.

Sobre candomblé e Internet, ver: Freitas (2014).

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hanna. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- ATÍLIO, Jorge. **Juventudes urbanas promovendo justiça socioambiental: desafio e ousadia**. Disponível em: <<http://koinonia.org.br/noticias/seminario-juventude-de-terreiro/1950>>. Acesso em: 25 maio 2015.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista**. Cad. CRH, Salvador, v.17, 1992. p.5-34.
- DOWNING, John. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- FRANÇA, Vera R. Veiga. **Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação**. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gris/images/Sujeito%20da%20com%20I.%201.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.
- FREITAS, Ricardo O. de. Da margem ao centro: comunicação e arte frente às questões de produção e recepção em produtos audiovisuais periféricos. **Anais do XXXI Congresso**

**Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Intercom. Natal: UFRN. 2008. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0725-1.pdf>> Acesso em: 25 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Web terreiros:** ciberinformatização e transnacionalização das religiões afro-brasileiras. Salvador: EDUNEB. 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (Org.). **Na mídia, nas ruas:** narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

JAMESON, Frederic. **Postmodernism, or, the cultural logic of late capitalism.** Durham: Duke University Press, 1991.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: 34, 1996.

LYON, David. **The information society:** issues and illusions. Cambridge: Polity Press, 1988.

MARTIN-BARBERO, Jesus. O ofício do cartógrafo. São Paulo: Loyola, 2004.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Cultrix, 1974.

MIÈGE, Bernard. **La société conquise par la communication.** Grenoble: PUG, 1989.

MORAES, Denis de. **Planetas mídias.** Campo Grande: Letra Livre, 1998.

PRYSTHON, Angela. **Imagens periféricas: entre a hiperbole freak e a voz do subalterno. Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBERICO.** vol. 3. pp. 441-449. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/prysthon-angela-imagens-perifericas-entre-a-hiperbole-freak-e-a-voz-do-subalterno.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2015.

RUBIM, Antonio. A contemporaneidade como idade mídia. **Revista Interface:** Comunicação, Saúde, Educação, v.4, n.7, 2000. p.25-36.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática.** São Paulo: Editora UNESP/ Brasiliense, 1991.

SOARES, Ismar. O. **Sociedade da informação ou da comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda.** São Paulo: Editora Record. 2001.

TORO, Jose Bernardo. **Mobilização social:** uma teoria para a universalização da cidadania. In: Comunicação e mobilização social. Brasília: UnB, 1996. p. 26-40.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente.** Lisboa: Edições 70, 1991.

**Recebido em: 05/10/2014**

**Aprovado para publicação em: 03/08/2015**